



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

TRABALHEMOS MAIS ENTRE OS CAMPONESES

Sector de trabalho difícil tem sido o dos camponeses. É que os pequenos agricultores no esforço tremendo de arrancar do seu pequeno terreno a subsistência para todos os dias, para todo o ano, é obrigado a passar ele e a família debruçado na terra, rasgando-a, semeando-a, adubando-a, vigiando as culturas, regando-as, tratando-as, colhendo-as, armazenando-as, tratando de novo a terra, etc., etc. à falta de dinheiro para pagamento de salários mete ao trabalho os filhos pequenos. E a vida vai desenrolando-se à volta daquele bocado de terreno, cada vez mais esgotado e improdutivo, sem qualquer protecção oficial, sem um jornal, sem um rádio, sem escola, sem distrações, sem encontros com outros agricultores para discussão dos seus problemas, sem idas à cidade, sem contacto com outras camadas da população para além do uzurário que lhe eleva os juros do dono do terreno que arrendou e que lhe procura aumentar a renda; do intermediário que regularmente lhe pretende baixar o preço do produto da terra, e do padre que lhe vai dizendo que a vida está má por vontade de Deus, pregando a resignação, para melhores condições encontrarem depois no reino dos céus. Um pequeno agricultor é por isso, as mais das vezes, analfabeto, isolado, desconfiado frente ao homem da cidade, temente a Deus e às cóleras do padre, incrédulo junto de quem lhe prometa benefícios ou lhe fale de lutas, cheio de problemas com os pequenos agricultores e rendeiros seus vizinhos — concorrentes à venda dos mesmos produtos que ele.

Num país submetido à mais brutal tirania — onde não se pode falar, escrever, reunir ou manifestar livremente, a dificuldade de abordagem desta classe é visível. Um Partido clandestino como o nosso, formado sobretudo por quadros operários industriais, com uma linguagem diferente, com grande desconhecimento dos problemas do campesinato, tem dificuldade em enviar ao campo quadros que se confundam com os próprios camponeses e lhes abram perspectivas de luta. Temos os assalariados agrícolas, é verdade, bem mais próximos dos camponeses. Mas mesmo em relação a esses surgem problemas e desconfianças. Estes aparecem sem-

pre a reivindicar maiores salários, o que aos olhos daqueles é falta de compreensão pela situação em que vive o agricultor — e esta luta por melhores salários, cria muitas vezes animosidades (noutros casos felizmente, unidade).

Temos pois que forjar quadros capazes de penetrarem no campo, de se confundirem com os camponeses; quadros que sejam capazes de vencer a concepção que através dos séculos tem vindo a ser transmitida aos homens da cidade, de que os do campo são «salaios» ou «paroulos», gente que se deixa enganar facilmente, ignorantes de quem se ri na cara. Temos que criar quadros que respeitem o camponês, que compreendam como se forjou nele aquela mentalidade, de quem são os responsáveis por esta mentalidade, que veja no camponês um homem doutra classe mas aliado natural da classe operária, profundamente interessado como o proletariado na transformação democrática do país, mas a quem tem de se ensinar o papel histórico da classe operária na construção dum regime onde não mais haverá exploração do homem pelo homem.

Se queremos fazer lutar os camponeses, se os queremos unir a nós na acção, se lhes queremos ganhar a confiança se os queremos parte activa na frente unida contra o fascismo, os monopólios e os latifundiários, temos que aproveitar todas as ligações que nos apareçam para o campo, temos de deslocar quadros, principalmente operários agrícolas para zonas de vasta e pequena exploração, temos de criar quadros responsáveis pelo bom andamento desta orientação.

Não pensemos em ir falar com eles de política, de monopólios, de imperialismo. A consciência política dos camponeses forjar-se-á na acção, nos choques com o fascismo, na interpretação que lhes daremos da oposição do governo a tudo quanto sirva os interesses dos pequenos agricultores e do seu apoio aos muito grandes proprietários. Os maiores êxitos que conseguimos de trabalho entre os camponeses foram através dum quadro de origem camponesa que, nos seus contactos com os agricultores não hesitava em ir trabalhar com eles,



em os ajudar a sulfatar as vinhas e procurando, nesse próprio trabalho pôr questões ao camponês e ouvi-lo falar do problema do vinho, do preço do sulfato, do problema do vasilhame e da armazenagem, dos pagamentos e respectivos atrasos da Junta Nacional do Vinho, do interesse da formação duma cooperativa, etc. Ao fim de umas horas de trabalho já era recebido à mesa do camponês, não como um «político» vindo da cidade — «mais um para fazer promessas! Nós já não acreditamos em ninguém!», lhe dissera um dia um camponês — mas como um amigo. E quando esse quadro foi falar com outros camponeses da mesma região, já não era um desconhecido dos problemas que os affligiam; era um homem que escrevera o que ouvira, que estudara essas declarações, que as fizera discutir no seu organismo e que já se apresentava indicando possíveis soluções.

Um quadro que assim trabalha terá muito maior aceitação junto da massa camponesa. Com o prestigio que ganhará poderá melhor introduzir «A TERRA» ou outros jornais regionais para camponeses que venham a ser publicados.

Estes jornais devem ser políticos, mas a sua linguagem deve ser acessível e focar sobretudo os problemas concretos dos camponeses nas regiões a que se destinam. A experiência da «Folha da Pequena Lavoura» foi positiva no Ribatejo e devia ter continuidade. A experiência da «TERRA» é ainda mais positiva: o jornal vai de mão em mão, é lido colectivamente, quase não é espalhado indirectamente e é quase todo escrito pelos próprios camponeses. Daí ser tão variado, ter uma linguagem que se vê imediatamente ser escrito por aqueles a quem se destina. Há regiões onde se passam à mão 60 a 90 exemplares, correndo depois cada um deles várias outras mãos, desmentindo assim a opinião daquele médio camponês nosso amigo que nos perguntava se já tinhamos pensado que os analfabetos não lêem jornais: não os lêem, mas fazem-nos ler! E o resultado é o mesmo.

O mesmo camarada, a propósito doutro problema (o da rádio) dizia-nos: por muito que gostemos dos países socialistas interessa-nos mais que

se fale dos nossos problemas que do que se passa neles. Ora um dos artigos de «A Terra» que mais discutido foi entre as massas camponesas foi aquele que se extraiu duma emissão da Rádio Portugal Livre sobre a visita dum português a uma cooperativa na Checoslováquia! Na semana em que se distribuiu o jornal dos camponeses do Norte em determinada região, esse artigo foi alvo da mais viva discussão, fazendo os camponeses, em grupos, comparações entre essa cooperativa e as existentes em Portugal. Os princípios da livre adesão e livre saída da cooperativa, o controle do trabalho da direcção em assembleias-gerais em que todos têm igual voto, foram motivo de muito desmentido a declarações ouvidas ao padre e a outros sobre os «horrores» do socialismo!

Na medida em que nos aproximamos mais dos camponeses, criamos entre eles organismos de reduzida vida política, mas activos, esclarecê-los-emos politicamente, subtraindo-os à influência demagógica de classe, dos grandes latifundiários e grandes lavradores que dominam por inteiro os grémios e outros organismos corporativos da lavoura e que são, a despeito das reclamações formuladas, sustentáculos do regime fascista. Realizando este persistente trabalho de esclarecimento, novos temos e novos colaboradores encontraremos para «A Terra», e para outras publicações regionais tais como «A Folha da Pequena Lavoura».

Esses jornais ajudarão por sua vez a introduzir ainda mais longe e mais fundo a justa orientação de luta contra os latifundiários e os monopólios, de luta contra o regime fascista e a guerra colonial, contra os grémios, juntas e outros intermediários, por uma reforma agrária. E embora dum tipo diferente, menos rígidos e menos regulares talvez nas suas reuniões (por vezes serão só conversas e não reuniões no sentido que lhe conhecemos) aparecerão cada vez mais organismos do Partido no campo, mais comissões de unidade camponesas, activando a aliança entre o proletariado e o campesinato, alargando a via para o derubamento do fascismo que, não esqueçamos, passa também pelo campo.

A EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO INTERNA DA C.U.F.

A instituição na C.U.F. da Comissão Interna da Empresa (CIE) por parte do patronato, para além dos objectivos que este teve em vista com tal iniciativa, representa uma vitória dos trabalhadores. Representa o reconhecimento e aceitação oficial por parte da C.U.F. duma forma de organi-

zação da classe operária que contra a vontade do patronato os operários vêm impondo através das suas lutas.

A história das lutas dos últimos anos, dos operários da C.U.F., de Lisboa e do Barreiro, ao lado dos trabalhadores das Construções e Reparações

Navais, é rica de ensinamentos quanto ao papel das Comissões de Unidade dos trabalhadores na elaboração dos cadernos reivindicativos e na organização e condução legal das suas lutas junto do patronato. Mais de uma vez o patronato e o governo fascista descarregaram sobre os operários membros das Comissões de Unidade o seu ódio de classe. Apesar disso, os operários têm insistido sempre na sua organização e na sua imposição ao patronato.

Assim, a primeira observação que se oferece com a constituição da CIE, é a de que não podendo evitar que os operários organizem as suas comissões de unidade e as imponham ao patronato, a CUF legaliza a sua existência e orienta a sua organização, tentando assim exercer sobre elas um certo controle e uma certa influência. Com esse objectivo desvirtua o seu carácter de classe, tentando confundir os interesses do patronato com os dos operários, tentando corromper os representantes dos operários na CIE com um «convívio» regular com estes e afogando os 3 representantes dos trabalhadores que são a imensa maioria da população industrial da CUF, no meio dos representantes dos encarregados, dos chefes de serviço e de secção, dos engenheiros e dos patrões, que representam uma minoria.

Este é o principal aspecto «torto» da CIE—os operários que são a maioria tem aí uma representação minoritária. Não obstante, a existência e funcionamento da CIE da C.U.F., comporta uma interessante experiência que convém analisar.

A Comissão Interna da Empresa é composta por 9 delegados, representando respectivamente chefes de serviço e equiparados; chefes de secção e equiparados; encarregados e equiparados; empregados administrativos, empregados técnicos; operários têxteis; operários químicos e serviços auxiliares; operários metal-mecânicos e sector de energia, e reúne mensalmente com a administração da CUF.

A Comissão Interna é a cúpula de toda uma vasta organização, englobando centenas de delegados (sub-delegados) agrupados em subgrupos de 20 a 50 trabalhadores. Os subgrupos estão organizados na base de núcleos de trabalho e reúnem com os seus representantes na CIE. Cada oficina, cada secção, todos os locais onde se agrupa gente com uma função específica, têm o seu (ou mais) sub-delegado. Isto no que se refere à classe operária, porque nos engenheiros e demais profissões, o agrupamento não é feito com base na zona fabril mas sim, por profissão. Claro que na classe operária também é por profissões, mas enquanto aqui se agrupam por profissões existentes nas respectivas zonas, os engenheiros e outros, quer sejam da química ou mecânica, constituem apenas uma unidade.

A «Comissão Interna da Empresa» engloba as empresas da CUF, não só do Barreiro, mas também as de Lisboa («Sol»), «União», «Sede») e Porto, onde existem sub-grupos e sub-delegados estes sub-delegados participam como os do Barreiro nas eliminatórias para a eleição dos delega-

dos, mas o que tem sucedido é que eles abdicam em favor dos delegados do Barreiro. Na realidade é no Barreiro que a vida da CIE se faz sentir.

É a classe operária que tem papel determinante na vida da CIE pois embora sejam apenas 3 delegados em 9, os operários representam cerca de 90% do pessoal e os problemas levantados por estes entram quase sempre em choque com os interesses do patronato.

Os delegados, (inicialmente são todos delegados, só depois uns se transformam em sub-delegados) são eleitos nos locais de trabalho por sufrágio directo e secreto. A todo o pessoal do respectivo núcleo de trabalho é distribuída uma lista de pessoal ilegível já que só podem ser eleitos os indivíduos que tenham mais de 21 anos de idade e 5 anos de casa. A partir desta primeira eleição são os próprios delegados que através de eliminatórias sucessivas elegem os 3 delegados finais de cada zona, portanto 9 delegados operários, visto serem 3 zonas. É destes 9 que a administração escolhe os 3 delegados um por cada zona, ficando os outros como 1º e 2º substitutos. Embora só 3 delegados reúnem com a administração e sejam considerados os delegados à CIE, todos eles se mantêm unidos, apoiam-se uns nos outros para o seu trabalho, devem dominar os seus problemas porque na ausência dos delegados avançam os substitutos.

As eleições são livres e decorrem sobre o controle duma comissão eleitoral representativa das diversas categorias profissionais, comissão que cessa as suas funções após o acto eleitoral. Isto é em traços muito gerais como se forma a CIE.

A Comissão Interna da Empresa iniciou os seus trabalhos em Janeiro de 1963, está portanto no segundo ano de actividade.

Com a sua constituição, o patronato teve como objectivo confessado, implantar na Empresa uma nova «Ética», segundo anunciou o Eng. Jorge de Melo em 1962.

A nova «Ética» do tubarão Jorge de Melo não é mais do que a pretensão de inculcar nos operários a ideia de que patrões e empregados são uma «única família», que todos trabalham para o «bem geral»; que todos (patrões, empregados e a sociedade em geral) «beneficiam» com o aumento da produção da empresa, etc. O principal veículo para a propagação de todas estas teorias é o «Boletim da Informação Interna» com uma tiragem de milhares de exemplares e distribuído gratuitamente. O Boletim é por assim dizer, o órgão «ideológico» tendente a facilitar os objectivos que o patronato teve em vista ao criar a CIE.

Embora os senhores da CUF procurem alardear que a CIE tem essencialmente objectivos sociais, as suas intenções são bem diferentes.

O ponto 4º do regulamento da Comissão Interna da Empresa diz, ao referir-se às atribuições dos seus membros, que estas são as de «transmitir à administração os anseios e estados de espírito do pessoal que representam sobre as questões relacionadas com as condições de trabalho e bem-es-



tar Social». Porém, os senhores da CUF tudo têm feito para se servirem dos delegados para «mentalizarem» os operários e demais pessoal sobre a necessidade de se produzir mais, que «é preciso acabar com a baixa rentabilidade da empresa», que «os operários se devem abster de reivindicar melhores regalias, pois a CUF está em situação «difícil», devido ao plano de renascimento que irá dar novas fontes de trabalho», etc. Porém, os operários da CUF têm a sua própria consciência de classe e não embarcam facilmente nestes planos. O eng. Vasco de Melo (administrador) ao fazer

em Janeiro de 1961, na primeira reunião da Comissão eleita para este ano, o balanço da actividade da Comissão do ano anterior, lamentou-se pelo facto dos delegados (operários é claro) só quase terem apresentado problemas de seu interesse, esquecendo os problemas da empresa e da produção, manifestando esperanças de que esta «deficiência» fosse rectificada pelos novos delegados. Passaram-se apenas 6 meses, mas desde já, podemos dizer que o Sr. Vasco de Melo, ou outro qualquer que venha a fazer o balanço deste ano, terá que de novo se lamentar desta «deficiência».

A CAMPANHA IDEOLÓGICA DO PATRONATO

O Partido deve estar preparado para responder à ofensiva ideológica do patronato, que visa essencialmente embutar o espírito revolucionário da classe operária e reforçar a exploração. Isto é tanto mais importante, quanto é certo que tudo que se passa com os operários da CUF, se reflecte na classe operária do sector.

O facto dos operários da CUF, não terem engolido até agora (e não virão a engoli-la se trabalharmos bem) a pilula da nova «Ética» não nos deve deixar dormecer e deixarmos as mãos livres ao patronato.

O Sr. Jorge de Melo é pródigo em acenar novas melhorias ao pessoal, mas os operários da CUF não se contentam só com promessas. Eles sabem que foi através da luta que obtiveram as regalias de que disfrutavam, e que o patronato só não lhe tira a pele porque não pode.

A classe operária da CUF tem algumas características e actua em condições que a diferencia do resto da classe operária do sector. Está agrupada numa grande empresa, é a mais bem paga da região, (e até talvez do país). Os operários da CUF gozam de um conjunto de regalias (férias, subsídios diversos, creches, despensas, etc) que não têm os operários de qualquer outra empresa, pelo menos no sector. A percentagem de operários qualificados é incomparavelmente superior a qualquer outra empresa, bem como o seu nível cultural.

Embora haja na CUF muitos fascistas e uma legião de pides e bufos, o grosso da massa é antifascista, possui um elevado grau de combatividade, e tem consciência de que os «Melos» são grandes «tubarões» e sustentáculos do fascismo.

Uma característica muito importante é o facto dos operários terem imposto aos encarregados e engenheiros, um tratamento correcto. Por outro lado desde 1960 que se vêm sentido uma disposição crescente de luta, revelada em pequenas e grandes lutas. Em 1960, cerca de 2.000 operários reivindicaram um aumento geral, obtendo 7500 diários e em 1962, cerca de 4.000 reivindicaram novo aumento geral de 15500, tendo obtido 8500 diários e uma semana mais de férias. Em 1963, (fins) num só dia cerca de 5.000 operários assinaram uma exposição reivindicando novo aumento de salários depois de terem obtido toda uma série

de pequenas vitórias.

É partindo destes factos, que os Melos elaboraram e põem em prática o seu programa «ideológico».

Já se falou no «Boletim» mas a acção do patronato não se limita a isso. Desde os cursos para engenheiros e encarregados, sobre a «arte» de comandar; sobre as «relações humanas na empresa»; sobre como deve ser um chefe; sobre a racionalização do trabalho, até aos «slogans» sobre o orgulho de pertencer «à grande família CUF», tudo é feito. A promessa de transformar os operários em sócios da empresa através da compra de «acções populares», a promessa de entregar a administração dos refeitórios aos operários, a promessa de novas regalias quando o plano de renascimento estiver completo, a campanha para apresentar o Jorge de Melo como um indivíduo bom, popular e trabalhador infatigável pelo bem estar dos operários, são muitos outros aspectos da mesma campanha que visa embutar a consciência de classe e quebrar o espírito revolucionário das massas. Na sua acção, é certo que o patronato dispõe de poderosos meios para difundir estas patranhas, mas, por mais que faça não pode deixar de ser explorador. É esta verdade que devemos continuar a demonstrar aos operários da CUF.

Os membros do nosso Partido na empresa devem fazer junto das massas um largo trabalho de esclarecimento sobre o que pretendem os senhores da CUF com todas estas teorias, sobre os objectivos da CIE e até que ponto ela pode ser utilizada em benefício da classe operária. A reforma da CIE deve ser reclamada de modo a dar aos operários a representação a que têm direito.

Já se publicaram dois documentos, («O QUE PRETENDE A ADMINISTRAÇÃO DA CUF COM A C.I.E.» e «A COMISSÃO INTERNA DA CUF E A LUTA DE CLASSES»), mas mais se devem publicar. É preciso não subestimar o efeito da propaganda patronal.

A saída regular do Boletim de Unidade dos trabalhadores da CUF, que tanta aceitação tem, poderá desempenhar um grande papel no esclarecimento das massas.

Neste aspecto podemos dizer que no fundamental, a organização partidária tem realizado um bom

trabalho. As manifestações oportunistas, surgidas até agora no seio da CIE foram rechaçadas pelas massas que seguindo a voz do Partido, desmascararam os seus promotores.

A tentativa do secretário geral da CIE, o fascista Carlos Ramildes, para que os delegados manifestas-

sem ao Jorge de Melo o regozijo da classe operária pela condecoração recebida de Franco, foi igualmente rechaçada pelos delegados, que não consentiram que se publicasse no Boletim tal informação. Isto revela consciência de classe e maturidade política e mostra que não é fácil levar os delegados operários para o campo do patronato.

A COMISSÃO INTERNA PODE E DEVE SERVIR OS TRABALHADORES

A Comissão Interna foi criada com o objectivo de servir os interesses do patronato. Os operários da CUF, compreenderam isto logo de início, daí as manifestações de desconfiança que se registaram então. Todavia, o outro aspecto da questão, a compreensão de que a CIE pode e deve ser posta ao serviço dos trabalhadores foi mais demorada, mesmo por alguns membros do Partido. Ainda hoje subsistem incompreensões quanto ao papel da CIE na luta da classe operária.

Os senhores da CUF tomaram medidas para limitar os poderes e as possibilidades da CIE, e algumas medidas foram mesmo tomadas posteriormente ao aparecimento da Comissão Interna, mas isso não invalida a justa conclusão a que chegámos de que a CIE, embora sendo uma organização criada pelo patronato, pode ser posta ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

Os delegados são livremente eleitos, logo, as massas, se compreendem a importância da CIE, elegem os homens e as mulheres que julgam defender os seus interesses. Estes delegados agrupados nos sub-grupos, constituem autênticas comissões de unidade com existência legal, virados para os problemas que mais afectam as massas. Os trabalhadores passaram a dispôr de salas onde debatem os seus problemas e a necessidade de lhes dar solução, o que seria mais difícil sem a CIE.

As massas passaram a dispôr de delegados nas secções, a quem se dirigem para, por seu intermédio, exigirem a solução de pequenos e grandes problemas que surgem no dia a dia. Estas são grandes vantagens, cujo valor nem sempre tem sido compreendido.

Ao longo do tempo de existência da Comissão Interna, as massas não têm tido uma atitude uniforme, o mesmo se passando com alguns elementos do Partido, ora desconfiando, ora depositando excessivas esperanças na CIE. Contribuiu para isto a pouca firmeza de alguns delegados, o seu abandono por parte das massas, a pouca importância dos problemas levados à CIE e a recusa sistemática da administração em lhes dar solução.

A situação modificou-se radicalmente, quando se deu vida aos sub-grupos e aí se começaram a discutir os problemas que mais afectavam os operários, quando as massas passaram a exigir que os delegados fossem dignos da confiança que haviam depositado neles e a exigir que cumprissem os seus

deveres. A necessidade de aumento de salários e o pagamento do 7º dia passaram a ser discutidos em amplas reuniões de trabalhadores. Só assim foi possível recolher em algumas horas cerca de 5.000 assinaturas para a exposição entregue ao Jorge de Melo. A reunião de mais de 100 sub-delegados das 3 zonas na qual se decidiu que as reivindicações dos trabalhadores fossem apresentadas na CIE pelos próprios delegados, paralisando as hesitações destes, foi o coroamento dum longo trabalho de esclarecimento e de uma maior atenção do Partido a este problema. Tinha-se tornado claro que os trabalhadores podiam aproveitar a CIE na defesa das suas reivindicações.

Se se parte do princípio que a CIE pode resolver todos os problemas, se não se compreende que as suas limitações só podem ser vencidas com a pressão das massas, cai-se no desalento, perde-se perspectivas, ao esbarrar com as recusas do patronato em satisfazer as reivindicações apresentadas. O aumento de salários ainda não foi satisfeito, a PIDE procurou atemorizar os delegados, a administração procura quebrar a unidade dos delegados, das diferentes zonas, proibindo-os de apresentarem reivindicações em comum, muitas das reivindicações apresentadas este ano ainda não foram satisfeitas, a redacção do «Boletim» deturpa as actas das reuniões para denegrir os delegados, etc, mas isto não é caso para concluirmos que a C.I.E. não pode servir os trabalhadores. Em primeiro lugar é um erro ver a C.I.E., apenas através das reuniões com a administração, esquecendo a importância e o papel dos sub-delegados e sub-grupos nas diversas secções da empresa. Em segundo lugar é um erro pensar-se que só através da C.I.E. se poderão resolver os problemas fundamentais que afectam os trabalhadores. A C.I.E. facilita a luta pela solução dos problemas fundamentais, mas estes só poderão ser solucionados através de acções decididas das massas, como abaixo-assinados, paralizações, concentrações junto da gerência, greves, etc. A acção constante dos operários junto dos sub-delegados e estes junto dos delegados à C.I.E., pode desempenhar um papel decisivo.

A experiência mostra que o problema da escolha dos delegados têm uma grande importância e que não pode ser substituído. Os fascistas, como o fez o eng. Bento Louro nas últimas eleições, procuraram intermeter-se nas eleições e



aconselharam os trabalhadores a votarem em «bons» delegados, com o objectivo de afastar homens que julgam ser comunistas ou se têm revelado mais combativos e firmes.

As massas devem eleger homens sérios, dispostos a defenderem os seus interesses, mas jamais devem abandonar os delegados à sua sorte, (como inicialmente se fez), sujeitos a toda a espécie de solicitações por parte do patronato, sujeitos alguns a deixar-se tentar a aproveitar-se do cargo para obterem vantagens pessoais, a troco da sua subordinação aos interesses do patronato. A experiência mostra que os delegados andam para a frente quando sentem o apoio e a pressão das massas quando sentem que as massas estão atentas ao seu trabalho, dispostas a reagirem prontamente e a desmascaram as posições oportunistas que possam surgir.

A C.I.E. foi criada pelo patronato, mas, as amplas reuniões dos trabalhadores, a utilização dos delegados para exigir da direcção da empresa solução de problemas que surgem do dia a dia não é obra do patronato, é o resultado da nossa luta, e isto é necessário que seja compreendido e intensificado.

A luta da classe operária não pode ser vista só através do que ela obtém no imediato, tem também e fundamentalmente que ser vista na perspectiva mais geral da sua luta. A unidade forjada, as pequenas vitórias que já se obtiveram criaram condições para maiores e mais decididas lutas. A amplitude de recolha de assinaturas a pedir aumento de salários, a pronta reacção dos trabalhadores quando a gerência só quis dar 200\$00 a 500\$00 no fim da quinzena por se meter o feriado e quando quiseram obrigar o pessoal a entrar às 7 horas para compensar os feriados, obrigando a direcção das fábricas a recuar num e noutro caso, são o resultado da unidade que se forjou.

Outras vitórias, ainda que pequenas, não podem ser subestimadas. O pessoal operário conseguiu que as tolerâncias de ponto, lhe fossem extensivas, regalia de que só gozavam o pessoal administrativo. O pessoal das Despesas conseguiu posteriormente que também lhe fosse concedida esta regalia, e mais, conseguiu paralisar uma tentativa de lhe roubar esta regalia e obrigar os chefes a recuar no castigo dum colega que se manifestou contra essa injustiça. Foi obtido o pagamento por inteiro ao pessoal assalariado, admitido na empresa, antes da fundação da Caixa da Previdência, dos 3 primeiros meses de baixa por doença, regalia só concedida até agora aos mensais. Foi obtida a contagem do tempo de casa àqueles que tinham mais

de uma admissão na empresa, mesmo para os que foram despedidos em consequência da greve de 1943 e que beneficiou 960 pessoas. Foi obtida a resolução do problema das balanceiras, que embora fazendo este trabalho, recebiam um salário inferior. O direito à licença sem vencimento e várias outras regalias, são o resultado da unidade da luta dos trabalhadores e da sua justa utilização da C.I.E.

O balanço deste ano e meio de C.I.E. a despeito da resistência do patronato em satisfazer as reivindicações apresentadas, é de molde a encorajar as massas a utilizarem ainda mais activamente a C.I.E.

O patronato defende os seus interesses, logo, quando a classe operária apresenta novas reivindicações ele resiste a satisfazê-las, procura adiar a discussão, procura até apresenta-se como estando em crise financeira. Partir do princípio que apresentar os problemas à C.I.E. é o suficiente, é perder de vista que só com uma pressão constante das massas se tem obtido a satisfação das reivindicações apresentadas.

A acção do Partido deve ser tendente a fortalecer no espírito dos trabalhadores a sua consciência de classe. Devemos desmascarar a acção do patronato da CUF no sentido de embutar o espírito revolucionário dos operários. Se o patronato prega a «harmonia» de classe é apenas porque é neste momento a classe dominante e por isso essa «harmonia» vai ao encontro dos seus interesses. Pretende dessa forma continuar e mesmo intensificar a exploração dos trabalhadores, desejando que estes mantenham uma atitude dócil face à exploração. A criação da C.I.E. visa esse objectivo. Pela sua acção consciente e combativa, os operários da CUF têm sabido transformar a C.I.E. numa arma de luta ao seu serviço, ao serviço das suas reivindicações.

Combinando a utilização da C.I.E. com o recurso a formas de luta superiores tais como a «cera» as concentrações, paralizações e greves, os trabalhadores da CUF obterão novos êxitos e novas vitórias na luta por melhores salários e reforçarão ao mesmo tempo a sua unidade e o espírito anti-fascista entre as massas. Devemos ter sempre presente que o monopólio da CUF é um dos principais pilares do edifício fascista e que o seu apoio à camarilha governante é constante, como constante é o apoio do Estado fascista ao monopólio CUF. Por isso, este tem «inchado» desmedidamente ao longo dos 38 anos da ditadura fascista com a exploração do nosso povo e dos povos coloniais.

A luta da classe operária contra a exploração do monopólio da CUF é, objectivamente uma luta contra o próprio regime fascista.

PROBLEMAS DA LUTA ESTUDANTIL

A juventude estudantil de Lisboa é sem dúvida a mais radicalizada. Pode dizer-se com verdade que é neste momento, cabeça do movimento juvenil estudantil. Mas é necessário que este facto sirva para que se sinta mais responsável, mais consciente da necessidade de ajudar com espírito fraternal, dentro duma verdadeira compreensão das condições de desenvolvimento que regem o movimento estudantil nas diferentes regiões do país e sectores de ensino, e não com um espírito paternalista, presunçoso e auto-suficiente, de quem é capaz de dar lições e nada ter para aprender.

Se isto não for tomado em conta podem-se cometer erros graves de apreciação da situação concreta actual do movimento estudantil. Pode pretender-se a criação de formas orgânicas menos adequadas, desencadear-se acções que não tomem em conta o diferente grau de desenvolvimento do movimento estudantil à escala nacional e nos diferentes ramos de ensino e acabar por se cair na estreiteza da luta regional, quando necessário se torna a sua ampliação para o âmbito nacional.

Fortalecer o movimento estudantil em Lisboa, pelo constante reforço da base, pela estreita ligação com as massas é uma tarefa da hora presente. Prestação de ajuda aos movimentos do Porto e Coimbra; fortalecimento dos laços fraternais entre as três Universidades; criação dum amplo e forte movimento associativo nos liceus e escolas técnicas à escala nacional, sabendo romper com iniciativa e audácia as limitações actuais, são também tarefas de muita importância no movimento estudantil actual.

A estruturação dum amplo movimento estudantil à escala nacional é uma legítima aspiração das massas estudantis. Mas deve avançar-se em bases sólidas, sempre mobilizando as massas para a acção através de palavras de ordem concretas, justas e de acordo com a situação de momento. Encontrar as formas orgânicas adequadas, que de certo modo deverão ser «impostas» pela base e não uma criação artificial que conduziria, tal como no passado, a uma preciosa perda de tempo pelos esforços dispendidos para alimentar com balões de oxigénio, organismos que desligados das massas estão desde o seu início destinados a morrer. Mais ainda. Uma organização estudantil à escala nacional, não dispondo dum forte apoio de massas poderia, nas condições actuais, vir a ser dominada e controlada pelo fascismo e voltar-se assim, contra os próprios interesses estudantis.

Com coragem e audácia, sem desfalecimentos, com confiança, sem impaciências e sem precipitações, combatendo com firmeza e intransigência toda a concepção errada venha de esquerda ou de direita e o MOVIMENTO ESTUDANTIL à escala nacional, será, na acção, uma realidade a cur-

to prazo.

Estão muito enganados aqueles que afirmam que a hora das Associações é passada e preconizam, em exclusivo a luta ilegal. Trilhar um tal caminho (sectário e esquerdista), equivaleria a ter-se posto de parte o Dia do Estudante deste ano, em que os estudantes disseram com coragem ao ministro: «Não! O Dia do Estudante será realizado!» E isto só foi possível se se tomar em consideração todo o trabalho realizado no decurso dos anos transactos. Abandonar o trabalho das Associações seria criar um vácuo que os fascistas da «Acção Académica», os ultras do «Agora» de bom grado preencheriam; seria entregar de mão beijada, ao inimigo posições conquistadas com muito esforço e sacrifício. Seguir uma tal política era abandonar os ensinamentos de Lénine que nos diz que se deve trabalhar lá onde se encontram as massas. Uma tal orientação há que repudiá-la e combatê-la sem contemplanções, com firmeza. Ao mesmo tempo, com clareza e persistência devemos procurar ajudar os defensores de tais ideias, os radicais, de mentalidade pequeno-burguesa, que não acreditam na mobilização das massas e na sua consciencialização, porque uma tal tarefa exige um esforço paciente e duradouro.

A posição de classe dos elementos esquerdistas, ocupando uma posição intermédia entre a burguesia e o proletariado, determina uma oscilação ideológica que vai desde o mais extremo pessimismo ao mais exagerado optimismo que neste caso conduz à impaciência, ao voltar costas às massas, ao terrorismo, à «comichão da frase revolucionária».

Seria do mesmo modo negativo se o movimento juvenil se ficasse na luta em plano estritamente legal, como preconizam os elementos conservadores que acreditam, (cada vez menos), na possibilidade duma reforma do regime (para melhor) e quando atingidos na sua própria carne pela política salazarista, advogam a sua mudança, mas logo recomendam calma nos momentos acesos da luta, porque temem a via revolucionária e põem por isso as suas esperanças no sebastianismo dos nossos dias, sob a forma dum golpe militar.

A vanguarda da juventude, os jovens comunistas, mais esclarecidos, deverão saber mobilizar, unir e organizar as massas juvenis para as integrar na acção geral do movimento anti-salazarista, dando a sua participação activa à Frente Patriótica de Libertação Nacional, lutando lado a lado com a classe operária e seus aliados, na via do levantamento nacional para derrubar o salazarismo, pela constituição dum Governo Provisório, que liquide pela raiz o aparelho estatal fascista e realize eleições livres para uma Assembleia Constituinte que abra ao povo português uma nova era de Pão e Trabalho, de Paz, Liberdade e Democracia!

UMA EXPERIÊNCIA SOBRE RECOLHA DE FUNDOS

Todos reconhecemos que as tarefas que o nosso Partido se propõe cumprir são cada vez maiores e que para o nosso Partido as poder levar a cabo é necessário, além de outras coisas, dinheiro. Mas a verdade, é que não podemos ficar só no facto de reconhecermos que o nosso Partido precisa de dinheiro para dar cumprimento às suas tarefas. É necessário actuar para correspondermos a essa necessidade.

Umhas com mais, outras com menos sucessos, variadíssimos têm sido os tipos de iniciativas lançadas pelos militantes e simpatizantes com vista à recolha de fundos.

Com mais sucessos, aqueles tipos de iniciativas que se estendem a todos os operários e operárias dum mesmo local de trabalho. Com menos sucessos, aquelas iniciativas que apenas se limitam a pequenos grupos quase sempre de militantes e simpatizantes que, portanto, já pagam a sua cozição e a imprensa.

Há empresas com largas centenas de operários onde se vendem apenas algumas dezenas de rifas entre a organização do Partido. Isto, porque a organização do Partido nessas empresas não discutiu a forma de estender essa iniciativa a todo o pessoal. Como se trata duma iniciativa do Partido, alguns dos nossos camaradas encolhem-se e, nalguns casos, até impedem o seu alargamento com receio da repressão. Noutros casos, dizem que é impossível venderem-se rifas nas suas empresas porque já lá há variadíssimos tipos de rifas e é difícil vender as nossas. De facto, proliferam nessas empresas, os mais variados tipos de iniciativas, com objectivos diversos, menos as nossas, cujos objectivos são os da continuidade da luta pela melhoria da situação de toda a classe operária.

Quando os camaradas dessas empresas têm uma compreensão correcta do problema de fundos as coisas mudam de feição. Atente-se, por exemplo, no que sucedeu em determinada em-

presa onde trabalhavam uns 300 operários enquanto a organização do Partido, entre militantes e simpatizantes, se aproximava da meia centena.

Nessa empresa havia vários tipos de rifas: desde a de cabeças de porcos e de maços de cigarros até à de inscrições para excursões. Tudo ali havia menos rifas ou outra qualquer iniciativa em proveito do Partido.

Quando os camaradas do secretariado da célula, com o apoio da restante organização, lançaram mãos à obra e introduziram nessa empresa uma rifa do Partido, ela ganhou tal popularidade entre os operários dessa empresa que, duma série que faziam semanalmente, passaram a fazer duas séries semanais com um lucro mensal de uns 600\$00 aproximadamente. A partir de certo tempo, já não era preciso fazer números. Os operários já tinham os números certos: era só pagá-los e receber o prémio, quando os seus números eram premiados.

Quando os operários dessa empresa, orientados pelo nosso Partido, conseguiram através da luta conquistar um aumento salarial de 8\$00, a organização do Partido, animada com o êxito da sua iniciativa anterior, fez um apelo a todos os operários para que oferecessem o aumento de um dia aos presos políticos, tendo sido correspondida por uma boa parte dos operários.

A organização do Partido nesta empresa uma vez mais demonstrou que a classe operária está disposta a ajudar o Partido financeiramente, que os operários estão dispostos dentro das suas possibilidades a ajudar o Partido do proletariado e que existem muitas possibilidades e formas de estender às massas a recolha de fundos para o nosso Partido.

O que é preciso é que os camaradas tenham uma compreensão correcta das necessidades financeiras do nosso Partido e que criem e ponham em movimento iniciativas, estendendo-as às massas, porque possibilidades não faltam.

O CONHECIMENTO DOS QUADROS

«**P**ode um camarada assimilar bem os problemas políticos, desenvolvê-los correctamente pela palavra ou por escrito e entretanto ser um péssimo organizador, ou um desleixado em matéria conspirativa. Pode um camarada ser bom organizador e entretanto não ter em si forças mo-

rais para resistir à prova duma passagem pela polícia. Pode um camarada cometer graves faltas conspirativas e depois, caído nas mãos do inimigo, portar-se heróicamente. O conhecimento dos quadros não pode ser unilateral. Tem que ter em conta o conjunto das suas qualidades e defeitos, das suas possibilidades e limitações.»

(Relatório de ÁLVARO CUNHAL — Abril de 1964)